

Promotor denuncia militares por ação ilegal

Responsáveis pela Operação Traíra, três oficiais e três sargentos são acusados de invadir território colombiano

Chico Otavio

• O promotor militar Irabeni Nunes de Oliveira, que atua em Manaus, pretende levar ao banco dos réus três oficiais e três sargentos responsável pela Operação Traíra, como ficou conhecida a campanha do Exército brasileiro que resultou na morte de pelo menos sete colombianos em 1991.

Os seis militares são acusados de fazer incursões e prisões ilegais na Colômbia, em represália ao ataque das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc) a um posto de vigilância brasileiro no Rio Traíra (AM), quando três soldados foram mortos.

Cinco dos denunciados estão na ativa (o coronel Sérgio Chambarelli Magluf, os maiores João Batista Neves Neto e Carlos Gindri Angonese e os sargentos Henry Charles Lima da Silva e João José Vaz) e um na reserva (o sargento Marcos Lopes de Matos).

Amparada por depoimentos dos próprios acusados e de testemunhas, a denúncia foi rejeitada mês passado pela juí-

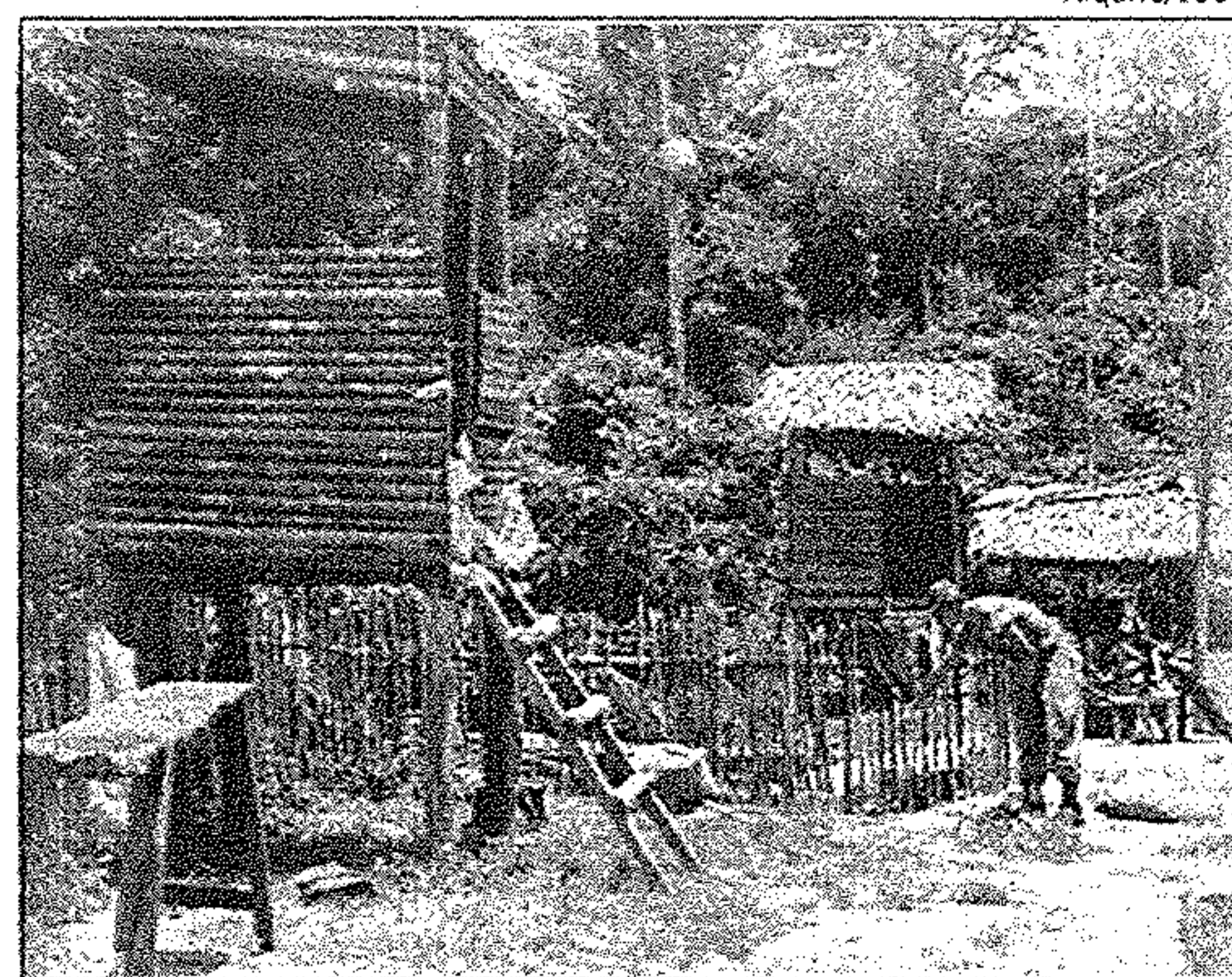
za-auditora Safira Maria de Figueiredo Souza, titular da 12.^a Circunscrição da Justiça Militar (AM). A juíza alegou que os militares agiram em "estrito cumprimento do dever legal". O promotor recorreu e reapresentou a denúncia.

Testemunhas deram versão diferente da do Exército

A denúncia foi provocada por uma série de reportagens publicada em junho do ano passado pelo GLOBO. Seis militares e ex-militares que participaram da operação acusaram os seus ex-comandantes de invadir a Colômbia para prender, torturar e executar garimpeiros daquele país em vingança pelo ataque guerrilheiro ao posto do Traíra.

O conflito teve início na manhã do dia 26 de fevereiro de 1991, quando um destacamento de 17 soldados foi atacado por mais de 40 guerrilheiros, que mataram os três sentinelas do posto e dois garimpeiros colombianos que estavam detidos no lugar, além de ferir outros 12 soldados.

O principal objetivo do



SOLDADOS no posto do Rio Traíra, atacado pelas Farc em 1991

Exército, ao manter o posto na região da Cabeça do Cachorro, era impedir a invasão do território nacional por garimpeiros de ouro. A repressão ao garimpo teria motivado a emboscada das Farc.

A reação brasileira ao ataque guerrilheiro foi imediata, com uma operação de guerra na selva só superada pela campanha do Araguaia. Na

época, o Exército sustentou que os mortos eram membros das Farc que reagiram ao cerco da tropa brasileira.

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, apresentou a versão em depoimento ao Senado em abril de 91. Tinoco garantiu que os mortos eram guerrilheiros porque, segundo ele, usavam armas, roupas de selva e munição rouba-

das do posto militar atacado dias antes pelas Farc.

Localizados nove anos depois em Manaus e Tabatinga, seis integrantes da operação disseram que o Exército nunca chegou a enfrentar a guerrilha e só encontrou garimpeiros indefesos nas incursões pela Colômbia.

— Os garimpeiros foram executados após serem presos e amarrados numa cruz — disse o ex-soldado Vataíde Celestino do Nascimento, o Vavá, de 30 anos, uma das principais testemunhas do caso.

O depoimento de Vataíde foi confirmado pelos ex-soldados Antelmo Lopes Ferreira (hoje motorista de táxi), Ruinei Lopes Martins (auxiliar de enfermagem) e Edmilson Meza (vigilante em Tabatinga), pelo sargento da reserva Alberto Carneiro e pelo segundo sargento da ativa Charles Henry (um dos denunciados).

— Eu atracava o barco numa barranca de rio. Os oficiais saíam com os garimpeiros para o mato e voltavam sem ninguém — afirma Antelmo, que

pilotou um barco usado no transporte de prisioneiros.

Há um ano, por determinação da procuradora-geral Adriana Lorandi, o Exército abriu inquérito policial militar (IPM) para investigar o caso. Em agosto, 50 soldados do 8.^o Batalhão de Infantaria da Selva, de Tabatinga, chegaram a participar da reconstituição da morte dos colombianos.

Promotor insiste em apurar morte de colombianos

A denúncia por invasão de território estrangeiro (pena de quatro a oito anos de prisão) não encerrará o caso. O promotor deseja aprofundar as investigações sobre as mortes dos colombianos, dificultadas pelo desaparecimento de informações no Comando Militar da Amazônia sobre as vítimas, cujas fotos foram divulgadas na época pelo Exército.

Irabeni de Oliveira também mandou parte do resultado da investigação à procuradora-geral de Justiça Militar, Adriana Lorandi, pedindo a ela que apure suposto crime de falso testemunho por generais. ■

Documentação